

HISTÓRIA INDÍGENA, ANTROPOLOGIA E HISTORIOGRAFIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS AOS OFÍCIOS DO HISTORIADOR EM FRONTEIRAS DISCIPLINARES

Giovani José da Silva*

Resumo: Mato Grosso do Sul possui o único programa de pós-graduação em História, no Brasil, que comporta uma linha de pesquisa em História Indígena, na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). O referido programa já possui um acervo de mais de cem dissertações de mestrado defendidas e completou quinze anos em 2014. Além dessa produção, há um considerável número de pesquisas elaboradas não apenas por historiadores, mas também por outros pesquisadores, a ser levado em conta em relação à ocupação indígena, pretérita e presente, no antigo Sul de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul. Importante destacar que nos últimos anos tal produção vem aumentando sobretudo em qualidade. A crescente profissionalização dos historiadores e a expansão dos programas de pós-graduação pelo interior explicam, em parte, o estado da arte da História Indígena no Brasil. Refletir sobre a produção historiográfica em Mato Grosso do Sul, a respeito de populações indígenas, é o objetivo central do artigo, abordando-se perspectivas e desafios para os historiadores da temática no início do século XXI.

Palavras-chave: Historiografia; Interdisciplinaridade; História regional e local.

Indigenous History, Anthropology and Historiography: prospects and challenges of crafts historian in disciplinary frontiers

Abstract: Mato Grosso do Sul has the only postgraduate studies program in History, in Brazil, which includes a line of research in Indigenous History at the UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). This program already has a collection of over a hundred defended master's theses and was fifteen years old in 2014. In this production, there are a number of elaborate research not only by historians, but also by other researchers to be taken into account in relation to indigenous occupation, preterit and presente, in the old South of Mato Grosso, the current state of Mato Grosso do Sul. It is worth noting that in recent years this production has been increasing especially in quality. The increasing professionalization of historians and the expansion of the inner postgraduate programs explain, in part, the state of the art Indigenous History in Brazil. Reflect on the historical production in Mato Grosso do Sul, about indigenous people, it is the central purpose of the article, approaching prospects and challenges for the theme of historians in the early twenty-first century.

Keywords: Historiography; Interdisciplinarity; Regional and Local History.

Introdução

São onze os grupos indígenas presentes no início do século XXI no Estado de Mato Grosso do Sul: Atikum, Ayoreo, Chamacoco, Guaraní (subgrupos Kayowá e Nandeva), Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinau, Ofayé e Terena.¹ Isso, de acordo com a publicação *Povos indígenas no Brasil 2006/ 2010* (Ricardo e Ricardo, 2011), além dos

* Professor dos Cursos de História da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e pós-doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB).

resultados de outras pesquisas (José da Silva, 2009; 2005a; 2005b; José da Silva e Souza, 2003). Alguns se encontram há séculos naquela porção de terras, como é o caso dos Guarani, Guató, Kadiwéu, Kinikinau, Ofayé e Terena. Outros chegaram a partir da segunda metade do século XX (Atikum e Kamba) e há aqueles que vivem perambulando na fronteira entre Brasil e Paraguai (Ayoreo e Chamacoco), sem se saber ao certo há quanto tempo ocorrem tais presenças. Alguns grupos constituem um considerável contingente populacional, com mais de 20.000 indivíduos (Guarani e Terena) e outros possuem menos de 100 pessoas (Atikum e Ofayé). Suas trajetórias históricas são, ainda, apenas parcialmente conhecidas e estudadas, quando não completamente ignoradas pela maioria da população não indígena brasileira.

Mato Grosso do Sul possui, até o momento, o único programa de pós-graduação em História (*stricto sensu*), no Brasil, que comporta uma linha de pesquisa em História Indígena, localizado a partir de 2006 na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), antiga UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)/ Campus de Dourados. O referido programa, que já possui um acervo de mais de cem dissertações de mestrado defendidas, completou quinze anos em 2014 e a partir de 2011 passou a oferecer também curso de doutorado. Além dessa produção, há um considerável número de pesquisas elaboradas não apenas por historiadores, mas também por linguistas, antropólogos, arqueólogos, educadores e outros, a ser levado em conta em relação à ocupação indígena, pretérita e presente, no antigo Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.

Os cursos de nível superior em História mais antigos no Estado datam da segunda metade do século XX, surgidos a partir de um vigoroso processo de desenvolvimento da pós-graduação brasileira ocorrido no mesmo período. De acordo com Paulo Roberto Cimó Queiróz (2011, p. 168-169):

A constituição da Historiografia acadêmica em Mato Grosso do Sul está diretamente ligada à criação, a partir do final dos anos 1960, de uma rede de cursos de graduação em História (Licenciatura Plena), sendo quatro na [antiga] UEMT (Corumbá, 1968; Três Lagoas, 1970; Dourados, 1973; Aquidauana, 1980) [atual UFMS] e um na então Faculdade Dom Aquino, em Campo Grande (1971).

Muitas transformações ocorreram ao longo dos últimos quarenta e cinco anos no que diz respeito à historiografia sul-mato-grossense. Importante destacar que, recentemente, a produção em História Indígena não vem aumentando apenas em quantidade, mas, sobretudo, em qualidade. A crescente profissionalização dos historiadores e a ex-

pansão de programas de pós-graduação pelo interior do país explicam, em parte, o estado da arte dos trabalhos em História Indígena no Brasil e, particularmente, na região Centro-Oeste, onde se localiza o jovem Estado de Mato Grosso do Sul. Refletir sobre a produção historiográfica a respeito de populações indígenas nesta porção do país é o objetivo central do artigo. No texto, abordam-se linhas teórico-metodológicas mais adotadas, grupos étnicos pesquisados e temas que aparecem com maior frequência e relevância, verificando-se o atual estágio das pesquisas e desvelando-se perspectivas e desafios para os historiadores dispostos a “desbravar” esta temática no início do século XXI.

Estado da arte e perspectivas

Em Mato Grosso do Sul, no período compreendido entre 2000 e 2004, foram defendidas 42 dissertações de mestrado em História, de acordo com o levantamento elaborado por Jorge Eremites de Oliveira (2004). Dessas dissertações, pelo menos treze abordaram direta ou indiretamente a história de sociedades indígenas que habitam aquele Estado: Guarani (Kayowá e Ñandeva), Kadiwéu, Ofayé e Terena, equivalendo a quase 30% dos trabalhos defendidos no período em questão. Em outro levantamento, Eliazar João da Silva (2007) referiu-se às dissertações elaboradas no mesmo programa, entre 2005 e 2006. Contabilizando mais dezessete estudos, verificou-se que oito deles (ou seja, praticamente metade) estão relacionados a grupos indígenas. Ressalta-se que, em ambos os levantamentos, não foram encontrados trabalhos que investigassem as presenças Atikum, Ayoreo, Chamacoco, Kamba ou Kinikinau no Estado, nem mesmo citando-as nos respectivos resumos.

Contudo, o destaque dessa produção mais recente fica por conta da incorporação de estudos sobre populações indígenas localizadas em outras unidades da Federação: os Bororo (Mato Grosso), os Avá-Guarani e os Guarani-Ñandeva (Paraná) e os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá (Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais). Houve, ainda, certo predomínio de estudos relacionados aos Guarani, mas surgiu pelo menos uma dissertação a respeito dos Guató (que, assim como os Kamba vivem no município de Corumbá, no Pantanal sul-mato-grossense), até então não contemplados com pesquisas no referido programa. Um terceiro levantamento foi realizado em 2009, desta vez atendo-se, parcialmente, apenas à produção historiográfica da linha de pesquisa História Indígena, com atenção especial aos trabalhos relacionados aos Guarani.

Em artigo publicado no periódico *História em Reflexão*, Graciela Chamorro (2009, p. 01) informou que:

No Programa de Pós-Graduação em História da FCH-UFGD foram defendidas, até agosto de 2009, 108 dissertações de mestrado, das quais 27 na linha de pesquisa História Indígena. [...] Nessa vasta região [platina], é relativamente pouco conhecida a história indígena mais recente, porque são relativamente pouco difundidos os estudos sobre o povoamento indígena e não-indígena das terras meridionais do estado mato-grossense e sul-matogrossense [*sic!*] banhadas por rios que desembocam nos rios Paraná e Paraguai.

Além dos já citados levantamentos, vale a pena mencionar, ainda, o trabalho apresentado por Oliveira no XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul, ocorrido em outubro de 2012, em Campo Grande, intitulado “A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul” (Oliveira, 2012a). No texto, o pesquisador analisa a História Indígena no contexto da historiografia produzida no país e, particularmente, em Mato Grosso do Sul, apresentando o surgimento e o desenvolvimento dessa tendência historiográfica a partir da década de 1990 e suas principais características no programa de Pós-Graduação em História da UFGD. Atualizando os dados apresentados anteriormente por ele mesmo em 2004, por Silva (2007) e por Chamorro (2009), Oliveira apresenta um total de 45 dissertações de mestrado que versaram sobre a temática indígena na UFGD. Recentemente, o mesmo autor apresentou, em artigo científico, tais dados, ampliando sua análise (Oliveira, 2012b).

Muitos dos estudos sobre populações indígenas realizados em Dourados (e em outros centros de pesquisa pelo Brasil afora) recorrem, além da documentação escrita, iconográfica, cartográfica, etc., à utilização de fontes orais. Tal situação decorre, sobretudo, do fato de os recortes temporais propostos por muitos dos pesquisadores em História Indígena se situarem em períodos próximos do presente. Contudo, não se verificaram, até o momento, debates aprofundados acerca de questões teórico-metodológicas que envolvam o uso dessas fontes e das possíveis aproximações e distanciamentos entre os trabalhos de historiadores, antropólogos e outros cientistas sociais. Tais debates poderiam propiciar a percepção mais clara de que:

[...], apesar de semelhanças, há também diferenças que delimitam e configuram as áreas de atuação dos pesquisadores da história e da antropologia, e não se pode confundir o que cada grupo, com propósitos

diversificados (e, algumas vezes, convergentes), realiza ao investigar populações indígenas, utilizando-se de fontes orais. [...]

Certa confusão se verifica, portanto, nas questões mais diretamente ligadas à metodologia na obtenção de fontes orais. Os diálogos entre história e antropologia, importantes para o desenvolvimento de ambas as áreas do conhecimento, têm-se mostrado um fértil terreno de debates e trocas de experiências (Silva e José da Silva, 2010, p. 34; p. 37).

Interessante também observar que quanto maior o grau de contrastividade em relação às sociedades não indígenas, ou seja, quanto maior o número de sinais diacríticos apresentados por determinado grupo, que os diferencie de outros, parece haver maiores chances desta sociedade ser pesquisada, seja no presente ou no passado. Este é um argumento válido para se explicar, por exemplo, os trabalhos acadêmicos a respeito dos Kadiwéu, descendentes dos outrora “índios cavaleiros”, os Mbayá-Guaikuru ², e também os trabalhos sobre os Terena e os Guarani (Kayowá e Ñandeva) que habitam Mato Grosso do Sul. E, talvez, por essa mesma razão, os considerados “negros” e “pernambucanos” Atikum; os “extintos” e “parecidos com os Terena” Kinikinau; os “bolivianos” e “favelados” Kamba; além dos “paraguaios” e “nômades” Ayoreo e Chamacoco não têm atraído tanto a atenção acadêmica ou a opinião pública. ³ Na área de História não há, até o momento, nenhuma dissertação de mestrado que tenha focalizado alguma destas populações indígenas.

Sobre os Atikum, em Mato Grosso do Sul, há o trabalho de pós-graduação, em Antropologia, monografia de especialização elaborada por Giovani José da Silva (2000), na UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso). A partir da monografia citada, o autor publicou alguns outros trabalhos sobre o grupo (2003; 2005b). Gabriel Ulian (2010) dedicou aos Atikum um estudo que resultou em seu trabalho de conclusão de curso em História, pela UFMS, e realizou mestrado em Antropologia sobre os *Caboclos da Serra do Umã* (autodenominação do grupo), no Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFGD (Ulian, 2013). Há inúmeros trabalhos a respeito da presença Atikum, em Pernambuco, sendo os mais destacados os do antropólogo Rodrigo de Azeredo Grunewald (1993; 2004).

Os Kinikinau foram pesquisados pela linguista Valéria Guimarães de Carvalho Couto (2006), no que resultou a dissertação de mestrado em Letras *A língua Kinikinau: estudo do vocabulário e conceitos gramaticais*, defendida na UFMS. Outra linguista, Ilda de Souza, é autora da tese de doutorado *Koenukunoe emo'u – A língua dos Kinikinau* (Souza, 2008), defendida na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Na

mesma instituição foi defendida outra tese sobre os Kinikinau, na área de Ciências Sociais, pela historiadora Iára Quelho de Castro (2011). Três mestrados recentes versam sobre os Kinikinau: João Evaldo Ghizoni Dieterich (2015), na UFGD, em Geografia; Aila Vilella Bolzan (2013), na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), em Ciências Sociais e Rosaldo de Albuquerque Souza (2012), na UnB (Universidade de Brasília), em Desenvolvimento Sustentável. Este último é indígena Kinikinau, o que torna ainda mais instigante pensar que até pouco tempo atrás o grupo foi tratado como “extinto” (Cardoso de Oliveira, 1976).

Já os Kamba foram estudados na Antropologia por Yara Maria Brum Penteadó (1980), na UnB, e por Ruth Henrique da Silva (2009), na UFF (Universidade Federal Fluminense). Giovani José da Silva (2012) pesquisou o grupo e escreveu sobre eles tese de doutorado em História, defendida na UFG (Universidade Federal de Goiás), em 2009. Sobre os Ayoreo e Chamacoco, sabe-se que foram avistados na Reserva Indígena Kadiwéu e próximos à sede do município de Porto Murtinho, em meados da década de 1990, constituindo na época grupos numericamente pequenos. Além disso, a itinerância do grupo entre terras “brasileiras” e “paraguaias” confunde a contagem e a verificação da presença destes indígenas.

Há grupos que contam com alguns trabalhos no Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. Tal é o caso dos Guató (Ribeiro, 2005), Kadiwéu (José da Silva, 2004; Flores, 2009; Müller, 2011) e Ofayé (Dutra, 2004). Já os Terena tiveram pelo menos quatro estudos defendidos, abordando diferentes aspectos culturais e de contato (Moura, 2001; Vargas, 2003; Lacerda, 2004; Menezes, 2009). A proximidade física dos Guarani em relação a Dourados explica a expressiva quantidade de trabalhos a respeito deste grupo indígena e seus subgrupos.⁴ Existem, ainda, trabalhos que abordam a História Indígena em um tempo bastante recuado ou que não determinam exatamente os grupos étnicos pesquisados em seus títulos ou resumos.⁵

Os Ofayé contam, até o momento, apenas com o trabalho de mestrado de Carlos Alberto dos Santos Dutra (2004), em História. Além desse, há a tese de doutorado em Letras e Linguística de Maria das Dores de Oliveira e a dissertação de mestrado em Antropologia de Mirtes Cristiane Borgonha, ambas de 2006. Os Guató tiveram sua história mais recente pesquisada por Marilene da Silva Ribeiro (2005) e, além disso, Oliveira (1996; 2002), estudou a cultura material do grupo, em perspectiva arqueológica, em estudos de mestrado e doutorado em História, realizados na PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Na área de Linguística, há os trabalhos de

doutorado de Rosângela Aparecida Ferreira Lima – *Dando a palavra aos Guatós*: alguns aspectos sociolinguísticos (Lima, 2002), de Adair Pimentel Palácio – *Guató*: a língua dos índios canoeiros do Rio Paraguai (Palácio, 1984) e o mestrado de Adriana Viana Postigo, sobre a fonologia da língua Guató, na UFMS (Postigo, 2009). Na Geografia, há o trabalho de Fabio Silva Martinelli (2012), na UFMS.

Como verificado, nos últimos anos foi produzido expressivo número de trabalhos acadêmicos a respeito de sociedades indígenas que habitam Mato Grosso do Sul. Esse fato se deveu, sobretudo, à expansão e implantação de programas de pós-graduação nas universidades da região Centro-Oeste, contribuindo para a maior profissionalização dos historiadores dedicados à temática. Dessa forma, estudos a respeito dos Guarani (Kayowá e Nandeva), Guató, Kadiwéu, Ofayé e Terena ganharam espaço acadêmico graças à dinamização da área de pesquisa em História Indígena, pois como afirmou Oliveira (2001, p. 124), “[...] em Mato Grosso do Sul, assim como em outros Estados brasileiros, nunca os povos indígenas estiveram tão presentes no campo dos historiadores quanto nos dias de hoje”. Apesar de tal afirmação otimista, ressalta-se, novamente, que ainda são poucos (ou inexistentes) os trabalhos que versam sobre determinados grupos.

Em artigo publicado no início dos anos 2000 no periódico *Territórios e Fronteiras*, Oliveira (2001, p. 119), ao realizar um balanço sobre os dilemas e as perspectivas das pesquisas em História Indígena em Mato Grosso do Sul, afirmava que:

Desde a primeira metade do século XVI, quando os conquistadores ibéricos adentraram na bacia platina, e com mais intensidade a partir do início do século XVIII, momento em que os bandeirantes paulistas descobriram ouro na região de Cuiabá, Mato Grosso, teve início o processo de conquista e colonização do atual território sul-matogrossense, do qual conseguiram sobreviver apenas alguns povos indígenas: Guarani-Kaiowá, Guarani-Nandeva, Guató, Kadiwéu, Ofayé-Xavante e Terena (incluindo remanescentes Kinikinao e Laiana). Acrescenta-se a esta relação representantes do povo Camba, originários da Bolívia, que hoje em dia vivem na periferia da cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, prova de que as atuais fronteiras político-territoriais nem sempre corresponderam às fronteiras geográficas de muitos povos ameríndios.

Nota-se que o autor refere-se à problemática das fronteiras político-territoriais, que evidentemente não correspondem às fronteiras estabelecidas pelas sociedades indígenas para seus próprios territórios. Tal é o caso dos Chamacoco, que vivem uma parte de cada ano na Reserva Indígena Kadiwéu, localizada no município de Porto Murtinho,

e outro período no Paraguai, onde são chamados e se autodenominam *Ishir* (Zanardini e Biedermann, 2006). Dos grupos citados por Oliveira, ainda não há nenhum trabalho a respeito dos Layana, que vivem em aldeias Terena. Outro povo completamente ignorado pelos estudos acadêmicos e pelas políticas públicas são os Ayoreo, que assim como os Chamacoco vivem parte do tempo em terras paraguaias e transitam sazonalmente pelo lado brasileiro da fronteira entre os dois países. Aliás, as obras de referência sobre populações indígenas em Mato Grosso do Sul, ignoram muitas destas presenças, como se verá a seguir.

A literatura sobre populações indígenas em Mato Grosso do Sul

Apenas três obras sobre as sociedades indígenas presentes no final do século XX e início do século XXI em Mato Grosso Sul, foram publicadas no período de 1992 a 2002 e registra-se que nos últimos treze anos não houve publicações dessa natureza dentro ou fora do Estado.⁶ São elas: *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul* (cuja segunda edição é de 2002), de Gilson Rodolfo Martins (1992; 2002); *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos*, de Olívio Mangolim (1993); *Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul: algumas reflexões*, de Paulo Eduardo Cabral (2002). Trata-se de obras destinadas a um público amplo, não especializado e que tiveram razoável difusão no Estado. Apesar disso, e talvez exatamente por atingir um amplo público leigo, os autores poderiam ter tomado certos cuidados ao se utilizarem de afirmações que, com o passar do tempo, poderiam tornar-se “verdades históricas” a respeito das sociedades indígenas em Mato Grosso do Sul.

Paulo Eduardo Cabral, sociólogo, na introdução ao livro *Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul* revela que tem o propósito de oferecer subsídios a quantos se ocupam com a questão indígena, em geral, e com a educação escolar indígena, em particular.

De acordo com o autor:

Evidentemente, são muitas as contradições que foram sendo acumuladas ao longo do processo de nossa formação social e, no seu bojo, resalta a profunda ignorância que o poder público e a academia têm dos assuntos que dizem respeito aos povos indígenas brasileiros. Por outro lado, a produção de conhecimento sobre a realidade indígena tem sido feita de forma fragmentária, como resultado da persistên-

cia e teimosia de estudiosos que resistem, realizando seu trabalho, quase sempre, sob condições as mais adversas (Cabral, 2002, p. 08).

Tais “condições as mais adversas” parecem ter prejudicado os resultados da pesquisa de Cabral, que afirma, por exemplo, o seguinte a respeito dos Kamba:

Já os **Kamba** são um grupo de origem boliviana, radicado nas proximidades da cidade de Corumbá, há cerca de três décadas, depois de um cisma, que determinou a transferência deste contingente para o território brasileiro. Contam hoje, aproximadamente, 300 membros e conseguiram um *modus vivendi* pelo qual alcançaram razoável adaptação ao novo meio, com a manutenção de suas características culturais. Estão catalogados, sob o número 63, na Lista de Povos Indígenas no Brasil Contemporâneo, do Instituto Socioambiental (Cabral, 2002, p. 63; negrito no original).

Salienta-se que os Kamba não vivem nas proximidades da cidade de Corumbá, mas na própria cidade, em uma região periférica, pouco distante do centro. À exceção da citação da Lista de Povos Indígenas no Brasil Contemporâneo (Ricardo, 1996), que aparece na bibliografia, Cabral não informa ao leitor como chegou ao período aproximado de “há cerca de três décadas” (início da década de 1970) para a chegada do grupo ao Brasil e nem ao contingente de indígenas. O texto apresenta, ainda, algumas incorreções, inclusive quando se refere a um “cisma” que teria provocado a migração de parte do grupo para o Brasil! Além disso, o sociólogo não indica, no corpo do texto, de qual Lista de Povos Indígenas fez uso, pois na Lista publicada em 2000, e, portanto, a mais atualizada na época em que escreveu, os Kamba aparecem sob o número 66 e não há referência ao total da população em Mato Grosso do Sul (Ricardo, 2000).⁷

Em seção intitulada “Povos não-reconhecidos oficialmente”, o autor ainda afirma que:

Há, no território sul-mato-grossense, a presença de três outros povos, cujo reconhecimento oficial ainda não aconteceu, apesar da luta dos membros destas etnias e de organizações não-governamentais que lhes apoiam. A questão do reconhecimento é fundamental para a preservação de sua integridade cultural e para o desenvolvimento do projeto coletivo destes grupos (Cabral, 2002, p. 62).

A respeito do “não reconhecimento” dos grupos assinalados (Atikum, Kamba e Kinikinau) a questão é desafiadora. Afinal, a quem caberia reconhecer determinado grupo indígena como tal? Para os que acham estranho o debate, as palavras de Cristhian

Teófilo da Silva são esclarecedoras, a respeito do papel de antropólogos e da própria Antropologia nos chamados processos de “identificação étnica”:

[...] à Antropologia e aos antropólogos não cabe fazer a “identificação étnica”, mas produzir o conhecimento sobre a “identificação étnica” na qualidade de um processo social e político que engendra mecanismos de diferenciação e manutenção de fronteiras ou limites entre pessoas e grupos sociais particulares. Tais mecanismos podem ser apreendidos, por sua vez, na forma de “arenas de discursos” responsáveis pela articulação não só das representações sociais e das formas de representar os “índios” por diversos sujeitos localmente situados, mas também das representações que agentes e agências indigenistas trouxeram e trazem para a cena local, uma vez que foram e são acionados como instâncias de colonização ou de intermediação do conflito interétnico (Silva, 2005, p. 122).

Com isso, verifica-se que o número de grupos indígenas em Mato Grosso do Sul poderá, inclusive, aumentar nos próximos anos, o que caracterizaria uma situação inusitada e bastante complexa! Apenas para se ter uma ideia, a publicação *Povos indígenas no Brasil*, veiculada pela organização não governamental Instituto Socioambiental, em parceria com organismos nacionais e internacionais, em suas quatro últimas edições, registrou os seguintes números: 206 sociedades indígenas em 1996 (Ricardo, 1996); 216 em 2000 (Ricardo, 2000), 225 em 2006 (Ricardo e Ricardo, 2006) e 235 em 2011 (Ricardo e Ricardo, 2011). Isso não significa, absolutamente, que antropólogos, historiadores ou outros pesquisadores estejam “inventando” etnias pelo Brasil afora, mas, que, num curto espaço de quinze anos, surgiram quase trinta grupos reivindicando para si uma identidade étnica, se auto-afirmando indígenas e alimentando o desejo de serem vistos e reconhecidos como tais.

Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul está dividido em capítulos que, além de tratarem da breve caracterização de algumas das sociedades indígenas naquele Estado, abordam questões ligadas à Educação Escolar Indígena, à autonomia das escolas indígenas, além de uma biografia de Marçal de Souza (liderança indígena Guaraní, assassinado no início da década de 1980) e algumas considerações sobre os conceitos de cultura. Como se viu, infelizmente poucas referências são feitas aos Atikum, Kamba e Kinikinau tratados como indígenas “não reconhecidos”, o mesmo ocorrendo com a obra apresentada a seguir.

No prefácio à segunda edição de *Breve Painel Etno-Histórico de Mato Grosso do Sul*, de 2002, Gilson Rodolfo Martins, arqueólogo e historiador, explicita que pre-

tendeu contribuir para a reflexão em busca da difusão da tolerância e do respeito ao pluralismo étnico. Com certo otimismo, o autor afirma que:

Em 1992, quando foi publicada a primeira edição do “Breve Painei Etno-histórico de Mato Grosso do Sul”, completava-se o quinto centenário do “descobrimento” da América. [...]. Passados quinhentos anos, o Novo Mundo, apesar de sua extensão e diversidade ambiental, ainda não conciliou os que já estavam com os que chegaram. O quase extermínio da população nativa é indicativo da necessidade de uma nova consciência. [...]. Dez anos separam a primeira da segunda edição. Neste tempo, a situação dos índios, em Mato Grosso do Sul, mudou para melhor. Nossa esperança é de que nossos futuros não sejam, ainda por muito tempo, paralelos (Martins, 2002, p. 07-08).

Já na primeira edição, de 1992, era informado, na apresentação escrita pela educadora Aldema Menine Trindade, que a obra “[...] com textos e com imagens, procura oferecer a estudantes e a professores informações básicas sobre a história dos povos indígenas deste Estado [de Mato Grosso do Sul]” (*apud* Martins, 2002, p. 08). Contudo, Martins, nas duas edições do livro, não fez qualquer menção à presença dos Kamba em terras sul-mato-grossenses. De acordo com o autor, na segunda edição da obra revista e ampliada, as sociedades indígenas no Estado seriam as seguintes: Guarani, Kadiwéu, Terena, Guató e Ofayé. São citados, ainda, como extintos, os Kayapó Meridional (ou Kayapó do Sul) e os Payaguá. É feita breve menção aos Atikum e aos Kinikinau (que não constavam da primeira edição), localizando-os em Nioaque e Porto Murtinho, respectivamente, mas nenhuma linha é dedicada aos Kamba ou aos Chamacoco e Ayoreo.

A respeito da incipiente produção sobre o tema sociedades indígenas em Mato Grosso do Sul, Martins afirma que “No atual momento, além da contribuição esporádica dos órgãos locais de imprensa, somam-se os textos oriundos das experiências de entidades indigenistas, governamentais ou não, bem como monografias e dissertações geradas em cursos universitários de pós-graduação” (2002, p. 92). Ao final da obra, há um extenso rol de sugestões bibliográficas, dividido em seções (Arqueologia; Etno-história sul-mato-grossense e obras gerais; Guarani; Kadiwéu; Terena; Ofayé; Guató), em que se verifica a incorporação de algumas obras a respeito dos Kinikinau e dos Atikum. Ambos os grupos, aliás, aparecem referenciados em tabela e mapa (Martins, 2002, p. 86-87).

Por sua vez, Olívio Mangolim, pesquisador da área de Educação Escolar Indígena e militante do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) por longo tempo, publicou

Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul, em 1993, Ano Internacional dos Povos Indígenas, com o intuito de, em suas palavras:

[...] contribuir para a reflexão sobre este momento histórico em que se comemoram os 500 anos da resistência indígena, negra e popular. Quer ser também material histórico, da perspectiva dos oprimidos, de que professores e alunos, movimentos populares, Igrejas e antropólogos, poderão se servir para conhecer a realidade indígena no Mato Grosso do Sul (MS) (Mangolim, 1993, p. 11).

O livro contém três capítulos, o primeiro tratando dos grupos indígenas que habitam o Estado, que, de acordo com o autor, são: “Guarani”, “Guató”, “Kadiwéu”, “Camba”, “Ofaié Xavante” e “Terena”. No segundo capítulo, Mangolim analisa a situação jurídica e fundiária das áreas indígenas. Finalmente, no terceiro, o pesquisador aborda as perspectivas futuras dos grupos. A respeito dos Kamba escreve o seguinte:

Os Camba (também chamados pela sociedade civil de “campeiros”) são um povo de origem boliviana vivendo na periferia da cidade de Corumbá em extrema situação de pobreza. Em 1977, uma equipe de pastoral indigenista fez contato com o grupo e estimou-os em 2.000 índios, todos vivendo a mesma tragédia. Vivem no São Francisco, um reduto ao pé do morro no bairro Cristo Redentor, na periferia da cidade de Corumbá. Aí nesta cidade sofrem dupla discriminação: por serem bolivianos e indígenas. Frequentemente são chamados pelos bolivianos de Puerto Suarez de “*índios sem terra*”, o que de certo modo não deixa de ser verdade. O próprio termo “*Camba*” (de cambiar) quer dizer: mudar de rumo, passar de um lado para outro (Mangolim, 1993, p. 37; *itálicos no original*).

Pelas pesquisas realizadas por Ruth H. da Silva e Giovani José da Silva, não parece haver correspondência direta entre a palavra “Camba” e o verbo “cambiar”! E, apesar de se referir a uma estimativa de 2.000 indígenas em 1977, Mangolim, na mesma obra, em seção intitulada “As áreas Indígenas por Municípios e a situação atual” aponta como população Kamba apenas 400 indivíduos (Mangolim, 1993, p. 68). Não se sabe ao certo como o referido autor chegou àquela estimativa para o ano de 1977, pois esta informação não foi confirmada em trabalhos realizados posteriormente (José da Silva, 2009; Silva, 2009).

O que pode ter havido foi certa confusão em se considerar *Camba-Chiquitano* (autodenominação do grupo) qualquer indivíduo de origem boliviana oriundo das terras baixas orientais (reconhecido, na Bolívia, como *Camba*), o que é muito comum ocorrer

em Corumbá e em praticamente toda a região da fronteira Brasil-Bolívia. Embora localize os Kamba em mapa, citando que a situação jurídica da “Área Indígena Camba” encontrava-se sem providências, Mangolim não faz referências ao grupo quando estabelece, em uma tabela, a classificação linguística das populações indígenas em Mato Grosso do Sul. Em texto, é apenas informado que a língua dos Kamba não está classificada em família (Mangolim, 1993, p. 15).

Em um tom de denúncia, o pesquisador se revela pessimista quanto ao futuro destinado àqueles indígenas:

O que antes era um encontro com a vida, porque a migração acontecia somente dentro dos limites do grande território indígena, transforma-se no encontro com a morte num pequeníssimo espaço de terra, um quintal, um barraco na periferia. Desaldeados e sem nenhuma perspectiva, este povo está fadado ao desaparecimento. Se alguém não tomar alguma providência este será o destino do povo Camba (Mangolim, 1993, p. 37-38).

Apesar disso, na conclusão da obra, são feitas menções apenas aos Terena, Guató, Ofayé, Kadiwéu, além dos Guarani, ou seja, os Atikum, Ayoreo, Kamba, Kinikinau e Chamacoco não são mencionados.

Além dos três estudiosos citados, procurou-se verificar a existência de pesquisas a respeito da História Indígena publicadas recentemente por autores diversos, sob a forma de comunicações em anais de eventos científicos ou, ainda, artigos em revistas especializadas, nada tendo sido encontrado, exceto dois trabalhos de Diogo da Silva Roiz (2008; 2010), além dos já mencionados textos de Oliveira (2012a; 2012b).

Desafios e contrapontos

Em 2008, Roiz, apresentando o resultado da pesquisa “O índio na historiografia de Mato Grosso do Sul: o caso do programa de pós-graduação em História da UFMS, campus de Dourados (1999-2004)”, no XIX Encontro Regional de História de São Paulo, procurou, segundo suas palavras, “demonstrar a organização do programa de pós-graduação em História da UFMS de Dourados (atual UFGD), com ênfase na análise das dissertações sobre as comunidades indígenas, no período de 1999 a 2004”. Apoiado na análise de quinze dissertações defendidas no período assinalado, o historiador não poupa críticas aos trabalhos, ao afirmar, por exemplo, que “[...] surpreende o fato de quase

todos os trabalhos não terem a preocupação de indicarem o que estariam entendendo pela palavra ‘índio’, como se a citação do termo automaticamente revelasse o seu significado” (Roiz, 2008, p. 13).

Contudo, ao buscar uma conceituação do que seja “índio” nos trabalhos analisados, Roiz pareceu se deixar seduzir pela equivocada ideia de continuidade histórica ancestral. Ocorre que no processo de criação de um grupo étnico, os membros gerariam fluxos culturais próprios, em contraposição à cultura que flui de sua condição de marginalidade. “O que ocorre, [...] é uma tentativa de fazer sua própria história de dentro, mas ao mesmo tempo buscando se mover além das condições impostas sobre eles” (Grünewald, 1993, p. 51).

De acordo com o antropólogo João Pacheco de Oliveira (1998, p. 278):

É preciso prevenir-se contra a sedução de tentar recompor a continuidade histórica dos povos indígenas do presente, pois ainda que utilizando técnicas antropológicas [...] ou também lançando mão de recursos arqueológicos ou lingüísticos, pode revelar-se inteiramente infrutífera a busca de uma suposta continuidade histórica, os resultados obtidos podendo servir inversamente como uma perigosa contraprova.

Assim, a crítica sobre as tentativas de recomposição do passado de sociedades indígenas faz-se necessária e pertinente, uma vez que:

A única continuidade que em muitos casos é possível encontrar e sustentar é aquela de, recuperando o processo histórico vivido por tal grupo, mostrar como este refabricou constantemente sua unidade e diferença face a outros grupos com os quais esteve em interação. A existência de algumas categorias nativas de auto-identificação bem como de práticas interativas exclusivas serve de algum modo para delimitar o grupo face a outros, ainda que varie substancialmente o conteúdo das categorias classificatórias e que a área específica de sociabilidade se modifique bastante, expandindo-se ou contraindo-se em diferentes contextos situacionais (1998, p. 278).

Este, porém, não é o único problema verificado em trabalhos de História Indígena. Há também que se reportar a uma defasagem verificada entre o que é produzido na área e o que está sendo discutido e produzido em outras, como, por exemplo, na Antropologia. É o que já afirmavam, por exemplo, Antônio Carlos de Souza Lima e Adriana de Resende Barreto Vianna, no final dos anos 1990, ao aconselharem que “Um bom conhecimento do conceito [de representação] em antropologia muito ajudaria a retrair as plurivirtualidades de sua trajetória, evitando problemas ultrapassados de longa data

em um campo e que ressurgem no outro como novidade” (1996, p. 138). Ainda segundo os autores:

Atualmente, alguns historiadores têm, sem o conhecimento necessário acerca deste tipo de preocupação, dado mostras de como se pode elidir todos os desenvolvimentos mais recentes de uma “disciplina vizinha”, usar um instrumental ultrapassado e aparentar estar “na moda”, para nossa surpresa, por meio de noções como as de *assimilação* e *aculturação*, quando Wachtel em 1976 delas se apropriou. Estão de fato apartados das propostas mais recentes de diálogo das duas disciplinas em jogo na constituição de histórias indígenas (Lima e Vianna, 1996, p. 146; *itálicos no original*).

Apesar disso, muitos dos autores utilizados como referenciais teóricos em trabalhos de História Indígena são (re)conhecidos por fazerem de suas práticas um intenso diálogo entre a História e outras áreas do conhecimento, notadamente a Antropologia: Robert Darnton, Carlo Ginzburg, John Manuel Monteiro e Peter Burke, por exemplo. E há, ainda, os antropólogos, tais como Clifford Geertz e Marshall Sahlins, bastante presentes também como referenciais nos trabalhos. Muitos desses trabalhos têm na História Oral a metodologia de referência para sua elaboração, utilizando-se de José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda (2007) e Paul Thompson (1992), dentre outros. Nota-se que um diálogo mais estreito com o que há de recente nesta área metodológica ainda é incipiente e bastante necessário.

Além disso, trabalhos de campo de curta duração (*surveys*) também são utilizados com frequência, ainda que alguns pesquisadores demonstrem não ter muita clareza do alcance dessa metodologia, confundindo-a com o trabalho de campo etnográfico realizado por antropólogos e outros cientistas sociais. Percebe-se, assim, claramente um movimento de aproximação, nem sempre satisfatória, entre História e Antropologia nos estudos defendidos na UFGD e em outros centros de estudos e pesquisas em História Indígena, tanto teórica como metodologicamente.

Conclusão

Muitos historiadores, na atualidade, reconhecem abertamente, em seus trabalhos, as influências de Claude Lévi-Strauss, Victor Turner, Mary Douglas, Clifford Geertz e, especialmente, Marshall Sahlins, dentre outros tantos antropólogos. História e Antropologia têm, portanto, muito que dialogar quando os temas em debate são culturas, mitos,

identidades, fronteiras, comunidades étnicas, etc. E que diálogos podem ser efetivamente estabelecidos entre essas duas áreas do conhecimento? Refletir sobre estas imbricações auxilia os pesquisadores que se “aventuram” pelos (às vezes movediços) terrenos da História Indígena.

Na opinião otimista (e um pouco incerta) de Geertz:

A onda recente de interesse dos antropólogos não apenas pelo passado [...], mas pela maneira como os historiadores lhe dão um sentido atual, e do interesse dos historiadores não apenas pela estranheza cultural [...], mas também pelas maneiras como os antropólogos a trazem para perto de nós, não é um simples modismo; sobreviverá ao entusiasmo que gera, aos medos que desperta e às confusões que cria. Bem menos claro é a que levará essa onda, ao sobreviver (Geertz, 2001, p. 123).

O interesse por temas ainda considerados “exóticos” (festas, mitos, etc.) e mesmo o ingresso “no campo das identidades” não são vistos com bons olhos por uma parcela da comunidade acadêmica de historiadores. Diga-se de passagem, pelo menos no Brasil, parece ser muito mais tranquilo aos antropólogos aceitarem dialogar com a História do que o contrário. A aproximação não ocorre, pois, sem dificuldades ou atritos. Os diálogos entre História e Antropologia, contudo, estão longe do fim. Isto, embora muitos historiadores (e outros tantos antropólogos!) sintam certa desconfiança com esta aproximação, fortalecida nas últimas décadas.

Sem entrar no mérito da questão de se nominar a área de pesquisa como História Indígena ou Etno-História (Oliveira, 2012a; Cavalcante, 2011) e também sem atribuir equivalência a essas duas denominações, verifica-se que, apesar do incremento da produção, há muito que ser feito, especialmente sobre a trajetória daquelas populações consideradas como “minoritárias”, em Mato Grosso do Sul, tais como os Atikum, Kamba, Kinikinau, Ayoreo e Chamacoco. Paradoxalmente, em termos de pesquisa científica, estariam sendo criadas “minorias” em relação à “minoria” indígena.

Afinal, fazendo coro às palavras de Carlo Ginzburg, em entrevista à Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (2000, p. 294-295):

Assim, do mesmo modo que a importância de uma pesquisa antropológica não depende – como diria Malinowski – da relevância da tribo ou comunidade estudada, mas sim dos resultados mais gerais que se podem extrair de uma pesquisa, o estudo de um moleiro perseguido pela Inquisição ou de um grupo de heréticos será ou não relevante, dependendo das relações que houver entre eles e elementos mais gerais.

Fazer tais relações, entre elementos mais gerais e as trajetórias de grupos muitas vezes desprovidos de forte contrastividade cultural, constitui-se em grande desafio aos historiadores da temática indígena. Os Atikum, Kamba, Kinikinau, Ayoreo e Chamacoço, além dos outros possíveis grupos indígenas presentes na atualidade em Mato Grosso do Sul (remanescentes Gaikuru, Guaná, Kayapó, Layana e Payaguá), merecem ser estudados, independentemente do número de indivíduos que possuem ou da ausência/ presença de sinais diacríticos que os distingam marcadamente de outras sociedades. Aos pesquisadores de História Indígena caberá o desafio de se abrirem a novas perspectivas, teóricas e metodológicas, na busca por respostas sobre estas presenças, seja no passado ou no presente, garantindo-lhes um futuro nos estudos e investigações.

Referências

- BOLZAN, A. V. 2013. *Os Kinikinau de Mato Grosso do Sul: a existência de um povo indígena que resiste*. São Paulo, SP, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 143 p.
- BORGONHA, M. C. 2006. *História e etnografia Ofayé: estudo sobre um grupo indígena do Centro-Oeste brasileiro*. Florianópolis, SC, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 126 p.
- CABRAL, P. E. 2002. *Educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul: algumas reflexões*. Campo Grande, SED/ MS, 110 p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1976. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. 2. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 152 p.
- CASTRO, I. Q de. 2011. *De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*. Campinas, SP, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 347 p.
- CAVALCANTE, 2011. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História (São Paulo)*, 30 (1): 349-371.
- CHAMORRO, G. 2009. Contribuições para a história indígena contemporânea. *História em Reflexão*, 3 (6): 1-25.
- COUTO, V. G. de C. 2006. *A língua Kinikinau: estudo do vocabulário e conceitos gramaticais*. Três Lagoas, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 87 p.

- DIETERICH, J. E. G. 2015. *A identidade Kinikinau como máquina de guerra para a ocupação e manutenção territorial no Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, 104 p.
- DUTRA, C. A. dos S. 2004. *O território Ofaié pelos caminhos da história: reencontro e trajetória de um povo*. Dourados, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 286 p.
- FLORES, J. 2009. *Muita terra para pouco índio? A formação de fazendas em território Kadiwéu*. Dourados, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, 121 p.
- GEERTZ, C. 2001. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 247 p.
- GRÜNEWALD, R. de A. 1993. *'Regime de índio' e faccionalismo: os Atikum na Serra do Umã*. Rio de Janeiro, RJ, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, 238 p.
- _____. 2004. Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In: OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2. ed., Rio de Janeiro, Contracapa/ Laced, p. 139-174.
- JOSÉ DA SILVA, G. 2004. *A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história*. Dourados, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 144 p.
- _____. 2009. *A presença Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987): identidades, migrações e práticas culturais*. Goiânia, GO, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, 292 p.
- _____. 2003. Além do que os olhos vêem: reflexões sobre etnia, etnicidade e identidade étnica – os índios Atikum em Mato Grosso do Sul. *Tellus*, 3 (5): 95-106.
- _____. 2000. *Da terra seca à condição de índios "terra seca": os Atikum em Mato Grosso do Sul*. Cuiabá, MT, Monografia de Especialização, Universidade Federal de Mato Grosso, 58 p.
- _____. 2005a. Identidade, etnicidade, globalização e populações indígenas em fronteiras: a presença Kamba em Corumbá (MS). *História Revista*, 10 (2): 255-272.
- _____. 2012. *Identidades cambiantes: os Kamba na fronteira Brasil-Bolívia*. Goiânia, UFG, 237 p.
- _____. (Org.). 2011. *Kadiwéu: Senhoras da Arte, Senhores da Guerra*. Curitiba, CRV, 211 p.

- _____.; KOK, M. da G. P. (Orgs.). 2014. *Kadiwéu: Senhoras da Arte, Senhores da Guerra* (Volume 2). Curitiba, CRV, 157 p.
- _____. 2005b. “Terra seca” à vista: os Atikum em Mato Grosso do Sul. In: SALOMON, M.; SILVA, J. F.; ROCHA, L. M. (Orgs.). *Processos de territorialização: entre a História e a Antropologia*. Goiânia, UCG, p. 55-80.
- _____.; SOUZA, J. L. de. 2003. O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. *Sociedade e Cultura*, 6 (2): 149-156.
- LACERDA, L. T. 2004. *A mulher Terena em tempos de Aids: um estudo de caso da Aldeia Limão Verde, município de Aquidauana – MS*. Dourados, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 105 p.
- LIMA, A. C. de S.; VIANNA, A. de R. B. 1996. História, Antropologia e relações de poder – algumas considerações em torno de saberes e fazeres sobre o social. In: MALLERBA, J. *A velha História: teoria, método e historiografia*. Campinas, Papirus, p. 127-152.
- LIMA, R. A. F. 2002. *Dando a palavra aos Guatós: alguns aspectos sociolinguísticos*. Assis, SP, Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 174 p.
- MANGOLIM, O. 1993. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos*. Campo Grande, Cimi/ MS, 119 p.
- MARTINELLI, F. S. 2012. *A Geografia dos Guató: o processo de mobilidade dos remanescentes índios canoieiros do Pantanal sul-mato-grossense frente aos desafios do século XXI*. Três Lagoas, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 117 p.
- MARTINS, G. R. 1992. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, UFMS/ FNDE, 75 p.
- _____. 2002. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. revista e ampliada, Campo Grande, UFMS, 98 p.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. 2007. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo, Contexto, 175 p.
- MENEZES, J. P. P. de. 2009. *Os intelectuais, a política e suas perspectivas: o CEI-MAM e sua contribuição acerca do povo Terena (1982-1992)*. Dourados, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, 207 p.

- MOURA, N. dos S. P. 2001. *Uniedas: o símbolo da apropriação do protestantismo nor- americano pelos Terena (1972-1993)*. Dourados, MS, Dissertação de Mestrado, Uni- versidade Federal de Mato Grosso do Sul, 136 p.
- MÜLLER, A. M. 2011. *Índios Kadiwéu e posseiros na Serra da Bodoquena: represen- tações na mídia impressa acerca de um conflito*. Dourados, MS, Dissertação de Mestra- do, Universidade Federal da Grande Dourados, 83 p.
- OLIVEIRA, J. E. de. 2001. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas. *Territórios e Fronteiras*, 2 (2): 115-124.
- _____. 2012a. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. In: ENCON- TRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, XI, Campo Grande, MS, 2012. *Anais...* Campo Grande, Universidade Católica Dom Bosco.
- _____. 2012b. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. *Espaço Ame- ríndio*, 6 (2): 178-218.
- _____. 2002. *Da Pré-História à História Indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Porto Alegre, RS, Tese de Doutorado, Pontifícia Univer- sidade Católica do Rio Grande do Sul.
- _____. 2004. Dissertações de mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em História do Campus de Dourados da UFMS (2000-2004). *Fronteiras – Revista de His- tória*, 8 (15): 145-182.
- _____. 1996. *Guató: argonautas do Pantanal*. Porto Alegre, Edipucrs, 179 p.
- OLIVEIRA, J. P. de. 1998. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: _____ (Org.). *Indigenismo e territori- alização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Contracapa, p. 269-295.
- OLIVEIRA, M. das D. de. 2006. *Ofayé, a língua do povo do mel*. Maceió, AL, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Alagoas.
- PALÁCIO, A. P. 1984. *Guató: a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai*. Campinas, SP, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 155 p.
- PALLARES-BURKE, M. L. G. 2000. *As muitas faces da História: nove entrevistas*. São Paulo, Unesp, 348 p.
- PENTEADO, Y. M. B. 1980. *A condição urbana: estudo de dois casos de inserção do índio na vida citadina*. Brasília, DF, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 118 p.

- POSTIGO, A. V. 2009. *Fonologia da língua Guató*. Três Lagoas, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 217 p.
- QUEIRÓZ, P. R. C. 2011. A historiografia sul-mato-grossense, 1968-2010: notas para um balanço. In: GLEZER, R. (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo, Contexto, p. 167-185.
- RIBEIRO, M. da S. 2005. *Uma ilha na história de um povo canoeiro*: o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal (Século XX). Dourados, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, 148 p.
- RICARDO, C. A. (Ed.). 1996. *Povos indígenas no Brasil 1991/ 1995*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 871 p.
- _____. (Ed.). 2000. *Povos indígenas no Brasil 1996/ 2000*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 831 p.
- _____; RICARDO, F. (Eds.). 2006. *Povos indígenas no Brasil 2001/ 2005*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 879 p.
- _____; RICARDO, F. (Eds.). 2011. *Povos indígenas no Brasil 2006/ 2010*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 763 p.
- ROIZ, D. da S. 2008. A população indígena na historiografia de Mato Grosso do Sul: o caso do programa de pós-graduação em História da UFMS, campus de Dourados. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH/ SP, XIX, São Paulo. *Anais...* São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. 2010. A população indígena na historiografia de Mato Grosso do Sul: o caso do programa de pós-graduação em História da UFMS, campus de Dourados. *História e Perspectivas*, 23 (43): 251-302.
- SCHADEN, E. 1976. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo, Nacional, 527 p.
- SILVA, C. T. da. 2005. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: a perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. *Revista de Estudos e Pesquisas*, 2 (1): 113-140.
- SILVA, E. J. da. 2007. Dissertações de mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (2005-2006). *Fronteiras – Revista de História*, 9 (16): 109-127.
- SILVA, J. A. F.; JOSÉ DA SILVA, G. 2010. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. *História Oral*, 13 (1): 33-51.

- SILVA, R. H. da. 2009. *Brasileiros, bolivianos ou indígenas?* Construções identitárias dos *Camba* no Brasil. Niterói, RJ, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 207 p.
- SOUZA, I. de. 2008. *Koenukunoe Emo'ú: a língua dos índios Kinikinau*. Campinas, SP, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 196 p.
- SOUZA, Rosaldo. 2012. *Sustentabilidade e processos de reconstrução identitária entre o povo indígena Kinikinau (Koinukunôen) em Mato Grosso do Sul*. Brasília, DF, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 61 p.
- THOMPSON, P. 1992. *A voz do passado: história oral*. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 385 p.
- ULIAN, G. 2010. *As vozes dos Caboclos de Umã: história oral de vida dos índios Atikum em Nioaque: Mato Grosso do Sul (1949-2010)*. Três Lagoas, MS, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 120 p.
- _____. 2013. “Eu ando em terra alheia, procurando a minha aldeia”: territorialização dos Atikum em Mato Grosso do Sul. Dourados, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, 128 p.
- VARGAS, V. L. F. 2003. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. Dourados, MS, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 111 p.
- ZANARDINI, J.; BIEDERMANN, W. 2006. *Los indígenas del Paraguay*. Asunción, Zamphirópolis, 360 p.

Artigo recebido em: 01.04.2015

Aprovado em: 30.06.2015

¹ Alerta-se que, exceto nas citações, em todas as nomenclaturas referentes a sociedades indígenas foram respeitadas as normas aprovadas na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 1953, no Rio de Janeiro (Schaden, 1976). Interessante observar que pesquisadores de História Indígena têm respeitado apenas parcialmente tais normas, fazendo uso de algumas (“Os nomes tribais [...] não terão flexão portuguesa de número ou gênero, [...]”, etc.) e ignorando, completamente outras (“[...] incluir o k, y e w, cômodos e até indispensáveis”, etc.).

² Cf., por exemplo, a apresentação das coletâneas *Kadiwéu: Senhoras da Arte, Senhores da Guerra* (José da Silva 2011; José da Silva; Kok, 2014), em que os organizadores das obras apresentam praticamente todos os trabalhos defendidos nos últimos trinta anos em programas de pós-graduação de distintas áreas do conhecimento, dentro e fora do Brasil, a respeito dos Kadiwéu.

³ Ressalta-se que as expressões colocadas entre aspas referem-se à forma como a população regional se refere especificamente aos grupos citados, alimentando preconceitos e invocando as ultrapassadas ideias de aculturação e assimilação para referir-se a alguns grupos indígenas em Mato Grosso do Sul.

⁴ Dentre os autores podem ser citados: Adilson Crepalde, Aline Castilho Crespe Lutti, Ana Maria Melo e Souza, Carlos Barros Gonçalves, Carlos Rodrigues Pacheco, Eva Maria Luiz Ferreira, Fábio Henrique Cardoso Leite, Leliane Chalub Amin, Lélcio Loureiro da Silva, Marta Coelho Castro Troquez, Meire Adriana da Silva, Nely Aparecida Maciel, Priscila Viudes, Renata Lourenço Giroto e Rosely Aparecida Stefanos Pacheco. Os trabalhos sobre os Guaraní foram comentados por Chamorro (2009), ainda que parcialmente, em artigo anteriormente citado.

⁵ Ressalta-se que alguns dos trabalhos não foram defendidos na linha de pesquisa História Indígena, mas em outras linhas do mesmo programa, embora se relacionem à temática.

⁶ Graciela Chamorro, professora da UFGD, e Isabelle Combès estão organizando um livro sobre a História Indígena em Mato Grosso do Sul e que deverá ser publicado nos próximos anos e conta com a participação de diversos especialistas.

⁷ É provável que Cabral tenha utilizado realmente a Lista de 1996, em que os Kamba aparecem sob o número 63, mas sem o total de indígenas (Ricardo, 1996). Já na edição de 2011 da Lista, os Kamba aparecem sob o número 79, mas não constam informações sobre a família linguística e a estimativa da população (Ricardo e Ricardo, 2011).